

**CLARIDADE: EMERGÊNCIA E DIFERENCIAÇÃO DE  
UMA LITERATURA NACIONAL \***

PIERRE RIVAS

Institut de Français/Universidade Paris X-Nanterre

A literatura das nações emergentes coloca problemas específicos dos países dependentes, o primeiro deles relativo ao de sua identidade nacional. Sem nos estendermos ao caso dos países africanos, em que a noção de nação é uma herança recente da colonização e da descolonização, e que não recobre aquele da etnia, restringiremos aqui nossas observações a propósito de Cabo Verde.

A história e o povoamento do arquipélago deveriam assegurar-lhe uma unidade e uma identidade intrínsecas, ainda que a geografia distinga **barlavento** e **sotavento**. No entanto, é no primeiro movimento literário que se exige enraizamento nacional - **Claridade** (São Vicente, 1936), cujo objetivo era a análise do processo de formação e o estudo das raízes do país - que surge a questão da identidade cultural. Para os **claridosos** trata-se de instaurar uma literatura de fundação onde a procura de identidade se traduz pela importância da pesquisa etnográfica, pelas compilações de contos e lendas populares, pela valorização do folclore, pela elaboração, em uma palavra, de uma mitopoética nacional.

A revista **Claridade** exerce um papel catalisador no processo de emergência e diferenciação da literatura cabo-verdiana.

Tentaremos primeiramente definir o papel de uma revista dentro do sistema sócio-cultural e literário.

Trata-se de um escrito **intermediário** com função de **mediação** entre o campo artístico e social, e que nasce com a sociedade de moderna

---

\* Versão em francês deste texto foi publicado em QUADRANT, nº 6, 1989. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional sobre "Claridade, 50 anos depois". Mindelo, São Vicente. Cabo Verde, setembro de 1986.

na Inglaterra do início do século XX (Edinburgh Review, 1802), intermediário entre o livro (esfera literária) e o jornal (fato social). Por sua natureza, implica e simultaneamente cria um espaço de socialização por sua circulação, seus assinantes e colaboradores; por outro lado, consagra o estabelecimento de uma cultura nova, o primado de correntes estéticas ou ideológicas. Instaura, pela diversidade de seus sumários, um discurso plural vinculado a uma sociedade diferenciada, e exerce um papel de organização e também de reflexão - "re-vista" - por oposição ao jornal. Entre a imemporalidade visada pelo livro e o efêmero que é destino do jornal, a revista representa a continuidade do social, que ao mesmo tempo ajuda a moldar. Tem a função de exploração e de homogeneização própria do mundo moderno.

Na confusão histórica, é também um órgão de legitimação, impalpável porém necessário, do poder intelectual, quando, na sociedade diversificada de hoje, os demais poderes são contestados. Escrito intermediário funcionando como mediador no renovamento dos valores (atualmente substituído pelos meios de comunicação), a revista possui a função de clericalismo e um real poder espiritual (recordemos a **Revue des Deux Mondes, Europe, Nouvelle Revue Française, Temps Modernes, Tel Quel**). Ela assina a emergência do poder intelectual - função de magistratura ou de alerta, sismógrafo das crises nacionais - e se instaura como instituição paralela. Conforme diz Clara Rocha, constitui "lugares de afirmação coletiva", implicando a coesão de um grupo, de uma geração, de um meio, e manifestando uma ambição coletiva, um desejo de comunidade, expressão não de um autor, mas de um momento com todas as suas virtualidades. A revista exprime seu tempo enquanto o amolda também (**Águia, Seara Nova**). Ou seja que, por sua existência, implica já uma sociedade intelectual constituída e que influenciará. Somente por sua existência, **Claridade** denuncia a presença de uma sociedade cultural caboverdiana autônoma.

Deveríamos estudar a morfologia da revista (onde aparecem na tipografia os signos da nacionalização); seria igualmente preciso fazer um estudo sociológico dos diretores, assinantes, do financiamento, trabalho a cujo sentido aqui não poderemos dar atenção.

Todavia, as revistas em geral se abrem com uma apresentação do diretor, com a função de manifesto ou de "contato de leitura", e na qual se definem as orientações da revista, sua razão de ser.

Nada disso existe em **Claridade**, ou melhor, é preciso saber ler a abertura, que é um manifesto em ato, provocador no seu laconismo e revelador de seu espírito duplamente manifesto e dissimulado: esses "batuques da Ilha de Sant'Iago" em crioulo não traduzido dizem simultaneamente o **enraizamento** popular e a fidelidade à língua do povo. Mais do

que um discurso teórico, **manifestam** o sentido da empreitada que começa: a promoção da cultura nacional e a função do folclore como origem e fundamento da idéia de nacionalidade literária, como foi o caso do Romantismo europeu, a busca das fontes ("ressourcement") na própria pátria, e do Modernismo brasileiro. O programa de **Claridade** seria "Vamos descobrir Cabo Verde". Este aspecto etnográfico - presente no âmago do Romantismo europeu, do modernismo brasileiro e inseparável do projeto de nacionalização literária e política - atravessa toda a revista e lhe dá um acento inconfundível.

Deveríamos enumerar aqui todas as análises - e quantas! - relativas ao conjunto dos artigos sobre as artes e tradições populares, as pesquisas etnográficas, os "apontamentos" (artigos de Felix Monteiro, Teixeira de Souza, Baltazar Lopes, etc.), preocupados todos em pôr em dia os processos de formação da sociedade caboverdiana, este "debruçar ansioso e atento sobre os problemas vitais de Cabo Verde e as condições de vida de seu povo", segundo a expressão de Baltazar Lopes. Trata-se sem dúvida de um "projeto literário e cultura nacional" (Manuel Ferreira), como dá fé o depoimento de B. Lopes: "Preocupava-nos sobretudo o problema de formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde". **Raízes** - termo que se tornara nome de uma revista após a independência nacional - traduz bem este projeto de "investigação dentro do país" e de busca, para além da aculturação colonial, da "realidade" caboverdiana.

Conviria traçarmos um paralelo entre **Claridade** e **Amauta**, a revista do peruano J.C. Mariategui, autor de "Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana", teórico do indigenismo, fundador do partido comunista peruano e espírito aberto à modernidade. **Claridade** é também um "ensaio de interpretação da realidade caboverdiana", dos processos de formação desta sociedade inseparável de uma vontade de transformação nacional.

É, pois, necessário lembrar a ligação entre **Amauta** e o grupo **Clarté** de Barbusse. Se B. Lopes cita apenas uma publicação argentina com este título, tratava-se de fato de todo um movimento internacional, do Peru à Suécia, da Grécia ao Chile, que define o espaço de uma literatura nacional e social. Sobre o assunto, remeto-me ao livro de Vladimir Brett **Henri Barbusse, sa marche vers la clarté, son mouvement Clarté** (Prague 1963), particularmente ao capítulo IX "Le mouvement Clarté hors de France".

Este movimento é um episódio marcante na difusão internacional do realismo socialista. Não cabe aqui refazer-lhe o histórico, pois **Claridade**, por motivos óbvios, não podia durante o sistema salazarista recomendar-se por tal filiação. Encontraremos no artigo de Nicole Racine

("Clarté 1921-1928") publicado em junho de 1967 na **Revue Française de Science Politique** o histórico do problema, para melhor situar as intuições de Pires Laranjeira em seu trabalho sobre **Literatura Canibalesca**. Remete-me ainda às contribuições do Colóquio Internacional sobre Barbusse de maio de 1973 em Paris, e publicado no número especial de **Europa** em setembro de 1974 (com várias análises sobre **Clarté** no exterior). Útil também a leitura dos artigos de José Carlos Mariategui sobre Barbusse et **Clarté**.

Sem pretender absolutamente a uma filiação teórica e ideológica, a referência explícita de B. Lopes a Barbusse e ao grupo **Clarté** marca **Claridade** de um ascendente para sua nomeação, o que denuncia de maneira confusa ou implícita a ligação mantida com o **Zeitgeist** literário e político, e seu parti-pris por uma literatura tanto nacional como internacional, por uma nacionalização literária através de mediações internacionais, por uma literatura de engajamento popular e social.

Entretanto, seria mais adequado associar **Claridade** a **Amauta** e a J.C. Mariategui - muito provavelmente desconhecidos pelos "Claridosos" - pois neles encontra-se a mesma vontade de uma revista de "fundação", de "interpretação da realidade nacional", de "contra-aculturação literária e social", de "investigação dentro do país" e, juntamente, de busca das raízes nativas além do substrato colonial, re-enraizamento nativista - "fincar os pés na terra". Isto permitiria pensar um futuro para o país reconhecido como pátria, se ele ainda não puder se enunciar como nação.

No sistema da revista como criação ou reconhecimento de um espaço cultural, a publicação de textos em crioulo circunscreve um público preciso e exclusivo, um público interno e nacional, que por vezes limita sua abertura, mas que paralelamente dita suas bases; mais do que os discursos teóricos, esta opção denuncia seu enraizamento nacional, o espaço interno de sua circulação e o espaço afetivo, temático e lingüístico, extensivo à diáspora crioula no mundo. Talvez necessitássemos aqui analisar as ocorrências desses textos crioulos, seu estatuto, sua tradução quando houver, sua autonomia. Em qualquer desses casos, trata-se de um reconhecimento da dignidade literária do crioulo e de sua emergência como expressão popular, quando não nacional.

Ora, é sabido que justamente na história da formação dos Estados nacionais que atravessa a Europa dos séculos XVIII e XIX - era das "nacionalidades" - momento capital no processo de diferenciação nacional, a língua se torna indissociável da emergência da idéia de nação. Os pais fundadores são, a princípio, filólogos e/ou escritores que criam (ou recriam) a língua nacional. Assim ocorre com de Mistral para a Provença, por exemplo, e como ele poderíamos citar muitos outros naquela Europa romântica, da Galícia à Grécia, da Catalunha à Romênia, escritores que

criam os mitos formadores das bases da nacionalidade, mas que também compilam os tesouros lingüísticos nacionais (Dicionários, gramáticas, etc...; citemos novamente Mistral). É esse naturalmente o estatuto de Baltazar Lopes, grande escritor, grande "agitador" de idéias através da revista, grande pedagogo e eminente teórico do crioulo caboverdiano. Em muitos pontos B. Lopes se assemelha a esses escritores multiformes da europa romântica (o provençal Mistral, o polonês Mickiewicz, o romeno Alecsandri, o sérvio Ngegos, o grego Solomos, o catalão Verdaguer, etc.) que são tanto filólogos, "arqueólogos" (editando textos primitivos ou populares), como criadores e fundadores de literaturas nacionais em sua dimensão lingüística e mitopoética.

Um dos critérios distintivos da emergência nacional na Europa romântica se encontra na importância dada ao conto popular. Ora, sabemos o lugar que ocupa este gênero em **Claridade**. Esse momento etnográfico é uma etapa em todo processo de diferenciação nacional ao lado do reconhecimento da língua que, às vezes chega tardiamente, caso, por exemplo, da literatura norueguesa em relação à Suécia (não seria esse também o estatuto das literaturas européias com relação ao latim, até Dante e mesmo du Bellay?).

Uma vez mais, através do conto popular, é a alma nacional - o Volkgeist - que o romantismo nacional tenta reconhecer - ou exumar. Este eixo **primitivista** se acha tanto na essência do Romantismo como na do modernismo brasileiro com suas mutações do indianismo à antropofagia. Com o Romantismo, os contos e lendas populares não mais são considerados restos de superstições populares, mas expressão ingênua e mitológica da alma nacional. Uma vez mais, há convergência entre reunião de contos e lendas populares, trabalhos filológicos e aspiração nacionalista, como demonstra o exemplo dos irmãos Grimm na Alemanha; o folclore é o testemunho ancestral - e conservado em estado puro, não desnaturado pela aculturação da literatura "savante" ("erudita", "oficial") - do gênio do povo tanto no sentido de classe quanto de nação. Valorização da literatura oral (em Herder ou Vico), da canção popular (o lied na Alemanha ou seu equivalente em Rousseau, Nerval, et...), do tema regionalista e camponês (de G. Sand a Ramuz e Giono), e nascimento da historiografia e do romance histórico (W. Scott), valorização tanto estética como ética (a sabedoria das nações através dos provérbios e ditados), mas também cosmológica (a Natureza como guia). O conto representa a infância do povo; daí a emergência da personagem da criança que nasce então para a vida literária. Verifica-se facilmente esses pontos em **Claridade**, inclusive na importância da criança nos romances de Baltazar e Manuel Lopes. O conto é o irmão modesto da epopéia (fundadora de mitos nacionais).

Seria útil mostrar como as literaturas crioulas concedem ao conto o mesmo estatuto encarnado em outras literaturas pelo Mito. "O conto, diz E. Glissant em **Le discours antillais**, nos deu o **Nos**, exprimindo de maneira implícita que temos de conquistá-lo (...) Aqui, acrescenta ele, as soluções de artil substituem as soluções de força"\*\*\* - alusão à estratégia do 'marronage'.

Esta função etnográfica do escritor fundador também é observável na literatura brasileira, em Alencar ou Gonçalves Dias - busca de origens "por desagregação da placenta européia", diz Araripe Jr. - e, portanto, literatura de fundação. Segundo Manuel Lopes, esta busca de raízes é "simbolizada pela finaçon transcrita na capa do primeiro número da revista", e para Russel Hamilton, nos "ensaios em defesa do crioulo e em proclamação do **ethos** caboverdiano".

Logo, esse **ethos** implica uma socialização literária e a emergência de uma literatura nacional. Novamente vamos precisar a ligação deste com a revista, a tão discutida relação entre identidade literária caboverdiana e paradigmas culturais brasileiros (em relação à África) e, por fim, a significação da mediação brasileira, do "Détour" (desvio) como condição e estratégia de emergência nacional, na qual uma leitura apresada ou solicitada quis enxergar uma alienação e uma traição do **ethos** caboverdiano. Recorreremos ao "modelo" brasileiro, não obedecendo a uma concepção evolucionista ou historicista das diferenciações literárias nacionais, mas sim porque esse trajeto - e o trajeto ibero-americano - é específico das literaturas dependentes e em emergência. Alusão também seja feita ao modelo antilhano.

Definiremos, a exemplo de Antônio Cândido, a emergência e a diferenciação literária caboverdiana a partir de um critério histórico-sociológico ou culturo-civilizacional, como sistema de comunicação, abordagem que nos parece particularmente pertinente aqui, por se tratar de uma revista que é um medium eminentemente socializado, em oposição à obra, a qual pode ser uma "garrafa lançada ao mar". De início, a revista se inscreve na "instituição social" (Harry Levin), mas freqüentemente também a encontramos na nascente de uma literatura nacional. Claudio Guillém lembra a importância da **Sidney Gazette** (1803) que inaugura a literatura australiana. Mais perto da atualidade, registre-se o mérito para a gênese da negritude de **La Revue Indigène** no Haiti, **Légitime Défense** nas Antilhas e **L'Étudiant Noir**, tanto mais por essas revistas - como no caso de **Claridade** - constituírem uma Antologia da literatura nacional (ou inclusive o

---

\*\*\* Tradução nossa.

corpus das obras completas para alguns).

Ora, uma antologia é “uma forma coletiva intratextual”. Recorde-se o exemplo de uma revista como conscientização da identidade nacional com a brasileira **Niterói** (1836), “um dos marcos miliários na história de nossas inteligências”, diz W. Martins, que reafirma sua vinculação à **Minerva Brasiliense** (1843), “orgão do nacionalismo literário e da consciência de uma literatura brasileira”. O exemplo de **Niterói** talvez possa - sem se prestar excessivamente ao historicismo redutor - lançar luzes sobre o caso do Cabo Verde. Revista que afirma seu patriotismo (“Tudo pelo Brasil e para o Brasil”, diz a epígrafe), a publicação, editada em Paris, marca uma mutação decisiva na literatura brasileira, a mudança de paradigma cultural, a ruptura do cordão umbilical português. Como escreve Sérgio Buarque de Hollanda, “daí por diante, será a França e não Portugal, o país que vai ditar as regras e modas que seguirão os nossos homens de cultura”; é o “grito do Ipiranga” desta literatura. Como mostra Luciana Stegagna Pichio, é a opção por um modelo cultural estrangeiro contra o modelo colonial imposto que marca o nascimento de uma literatura autônoma. E assim deve-se interpretar a eleição do Brasil na mediação nacional caboverdiana: uma ruptura com o “vínculo placentário de Portugal”, logo, de uma colonização cultural, e a procura de um modelo simbólico de emergência nacional. O Brasil tem aqui o mesmo papel da França para a América Latina: para a libertação do domínio ibérico, ele constitui, na linguagem de E. Glissant (e de Hegel) o “détour” (desvio), a mediação, a relação. Esta última, aliás, poderia ser interpretada de uma maneira psicanalítica: o triângulo edipiano Cabo Verde-Portugal-Brasil, o assassinio do pai português ou o romance familiar (o Brasil como pai imaginado, substituto de um pai rejeitado). Antônio Cândido situa a ruptura brasileira “no período arcádico, a mudar-se a vista para a França e a Itália”. Se é certo que **Claridade** marca “um longo processo subterrâneo de conscientização cultural” (Jaime Figueiredo), é o “détour” brasileiro que lhe propiciou este reconhecimento. “Precisávamos de certezas sistemáticas que só nos podiam vir, com auxílio metodológico e como investigação de outras latitudes”, diz B. Lopes que deixa claro imediatamente que os livros só interessam porque “essenciais pro domo nostra”. O “alubrimento” brasileiro é a saída não mimética mas simbólica e metódica, da realidade caboverdiana, o reconhecimento de um modelo operativo de leitura de si próprio “pro domo nostra”.

Contrariamente a teses já sustentadas, a África é o “arrièrepays” (E. Glissant) para um membro da comunidade crioula, sua referência depende intimamente de uma pulsão de “Retour” (retorno) que é a obsessão do Um, discurso redutor, mítico e a-dialético. Ao mito do **Retour**,

Glissant opõe o do **Détour**, que é mediação e Relação. O estatuto literário do Cabo Verde é o mesmo de toda literatura colonial e, principalmente, latino-americana.

Otávio Paz escreve e Antonio Cândido segue-lhe os passos, como veremos abaixo (que nos perdoem as duas longas citações em espanhol, mas nos parecem mais explícitas do que um discurso) e atentaremos para a mudança de paradigma no interior de uma mesma estratégia do **détour** (Mediação e Relação na linguagem de Glissant; "marronage" no sistema antilhano). A partir da estratégia caboverdiana, não mais França ou Europa representam o recurso liberador, mas o Brasil e, logo depois, a América Latina. Oswal de Andrade poderia então assistir ao triunfo da Antropofagia :

"La experiencia de estos poetas y escritores confirma que para volver a nuestra casa es necesario primero arriesgarnos a abandonarla. Sólo regresa el hijo pródigo. Reprocharle a la literatura hispanoamericana su desarraigo es ignorar que sólo el desarraigo nos permitió recobrar nuestra porción de realidad. La distancia fue la condición de descubrimiento" (Puertas al Campo, p.16).

Ao que juntamos a citação de A. Cândido (Literatura y subdesarollo):

"En el caso numericamente dominante de los países de habla española y portuguesa, el proceso de autonomía consistió, en buena parte, en transferir la dependencia, de manera que otras literaturas europeas no metropolitanas, sobre todo la francesa, fueron volviéndose el modelo partir del siglo XIX".

A originalidade caboverdiana - que anuncia, aliás, um fenômeno em emergência nas atuais literaturas neo-africanas - é a escolha do modelo brasileiro, em vez do modelo francês, aquele por ser mais operatório, porém acentuando igualmente a ruptura umbilical colonial. Mediação mais dialética do que um impensável e impossível modelo africano, o Brasil foi um "catalisador" (B. Lopes) da identidade caboverdiana, "da nossa vitalidade, da nossa resistência moral" (B. Lopes).

Para terminarmos sobre a revista, diríamos que ela exerce uma função de integração social do leitor que participa desta comunidade cultural, mas que também fabrica seu leitor, sendo seu próprio "horizonte de

espera, ou seja, orienta a expectativa do leitor”, para citar Clara Rocha. Nesse sentido, a revista se aparenta ao manifesto - gênero programático e, em concomitância, de ruptura e re-organização cultural. A revista, em relação à História, atua como espelho, mas também se investe de uma função antecipadora, o que comprova **Claridade**, “movimento precursor da independência política” pois “revelou que Cabo Verde possuía uma personalidade bem caracterizada e diferenciada” (B. Lopes, prefácio da reedição de **Claridade**). As polêmicas contra os **Claridosos** procedem de um voluntarismo ideológico que sob a aparência de fidelidade nacional, traem na realidade os fatos culturais, históricos, nacionais, e a “moléstia infantil” dos países dependentes, como disse admiravelmente Antônio Cândido no seu magistral artigo sobre “Literatura y Subdesarrollo” (Literatura e Subdesenvolvimento). Reconhecer a dependência cultural, diz ele, é libertar-se dela, dar prova de maturidade:

“tanto es así que el reconocimiento de la vinculación se asocia al comienzo de la capacidad de innovar en el nivel de la expresión y al intento de luchar, en el nivel del desarrollo económico y político. Mientras que la afirmación tradicional de originalidad, con un sentido de particularismo elemental, llevaba y lleva, por un lado, a lo pitoresco, y por otro, al servilismo cultural, dos enfermedades del crecimiento”.